

Keruv e o Status das Famílias de Casamento Misto

Rabinos JOEL ROTH e DANIEL GORDIS

O conceito conhecido como "keruv"¹ (aproximação) é central para os ideais e aspirações do Judaísmo. Frequentemente citamos como um de nossos objetivos mais importantes a necessidade de trazer aqueles que estão apenas tangencialmente envolvidos nas questões judaicas mais perto do centro da vida judaica e tornar o judaísmo parte integral das suas vidas.

Embora o termo "keruv" seja mais frequentemente invocado em relação aos judeus, a mesma atitude pode ser importante também em relação aos não judeus, desde que eles indiquem o desejo de se tornar parte da fé judaica. A conhecida história sobre Hillel e os prosélitos claramente trata de um caso em que os não judeus se aproximaram da comunidade judaica em busca de conversão (Shabat 31a). A comunidade judaica não fazia proselitismo.

Em nossos dias, entretanto, enfrentamos uma situação que requer iniciativas de converter os não-judeus ao judaísmo. A taxa extraordinariamente alta de casamentos mistos entre judeus (abrangendo membros de todos os movimentos, incluindo o nosso) exige nossa atenção. Tendo falhado em evitar esses casamentos ou em converter os cônjuges não judeus ao judaísmo antes do casamento (se de fato tivemos a chance), devemos agora procurar garantir que essas famílias continuem fazendo parte do povo judeu. Portanto, devemos procurar ativamente converter o cônjuge não judeu e, se a esposa não for judia, converter também os filhos nascidos antes de sua conversão.

Deve ser enfatizado desde o início que esta política constitui uma flexibilização inegável e significativa dos padrões da lei judaica tradicional, que considera as conversões apenas por causa do casamento como indesejáveis². Claramente, nosso desvio da norma haláchica, neste caso, não se origina do desdém por ela, mas da consciência da urgência do status quo em muitas comunidades. Desnecessário dizer que os padrões para a cerimônia de conversão não devem ser afetados. Nosso único afastamento da halakhah neste caso envolve a inclusão de um grupo adicional de pessoas como elegíveis para

¹ Não encontramos nenhuma fonte talmúdica para o uso do substantivo keruv neste sentido (cf. Otzar Leshon HaTalmud, vol. 34, pp. 627-657). O termo keruv basar (Shabat 13b; Kiddushin 81b) claramente tem implicações diferentes, enquanto keruv panim (J.T. Kiddushin 65b) pode ser um pouco mais próximo.

² Embora seja verdade que essas conversões são consideradas indesejáveis, elas não são halakhicamente inválidas, pelo menos após o fato. Para a discussão desta questão e a declaração de Rav de que tais conversões devem, em última análise, ser consideradas válidas, consulte J.T. Kiddushin 65b; Yevamot 24b; Mishneh Torah, Hilhot Issurei Bi'ah 13:17; Yoreh De'ah 268: 12.

consideração como convertidos³. No entanto, embora a conversão do cônjuge não judeu em um casamento misto constitua o objetivo final, deve-se certamente reconhecer que a resposta não será imediata na grande maioria dos casais e que, portanto, é necessário chegar a um conjunto de políticas para lidar com a família casada no contexto comunitário. É a esse respeito que o conceito de "keruv" se aplicará mais prontamente. Até que ponto estamos preparados para incluir os membros judeus dessas famílias na sinagoga? Questões relacionadas ao cônjuge não judeu também devem ser consideradas.

Deve-se afirmar neste momento que, por várias razões, nos opomos à criação de novas categorias intermediárias, como "iret Hashem" (tementes à Deus) e semelhantes. Nos opomos a essas categorias por três razões básicas. Primeiro, a nossa disposição para aceitar cônjuges não judeus como convertidos elimina a necessidade de qualquer outro status. Em segundo lugar, porque tais categorias de fato não são utilizadas na halakhah há muito tempo. Portanto, reavivá-las neste ponto seria contraproducente para o nosso objetivo de estabelecer a nossa tradição como um conjunto significativo e sério de preceitos sociais e religiosos. Finalmente, mesmo se estivéssemos dispostos a utilizar essas classificações, a maioria das pessoas em discussão não se qualificaria porque tudo o que fizeram foi permitir que seus filhos fossem criados como judeus. Eles mesmos não adotam práticas judaicas para si ou tampouco as impõem a seus filhos. Eles não rezam regularmente e não observam a cashrut ou o shabat. As poucas fontes clássicas que existem sobre esses conversos incompletos parecem indicar que a sua reivindicação principal é a adoção do monoteísmo. Em nossos dias, quando todos já são monoteístas, o monoteísmo sozinho não qualifica uma pessoa como um "iret HAsheem".

Apesar do status da família de casamento misto, a definição haláchica do judaísmo claramente se aplica. O cônjuge judeu mantém seu status de judeu e, se a mãe for judia, os filhos também são claramente judeus. Para esses judeus, a participação na sinagoga e em suas funções auxiliares não deveria ser limitada, pois isso significaria agir contra as próprias intenções do princípio do keruv. Os membros judeus dessas famílias não devem apenas ser permitidos, mas até mesmo encorajados a comparecer aos serviços religiosos, matricular seus filhos judeus nas atividades educacionais da comunidade que eles possam escolher. No entanto, uma estipulação deve ser feita. Como esses membros da diretoria muitas vezes servem como modelos e / ou porta-vozes da comunidade, tais cargos devem ser negados aos judeus casados com não

³ Duas outras leniências também devem ser explicitadas: (1) Nossa preocupação com a urgência da situação nos torna dispostos a aceitar um não-judeu para receber instruções para a conversão também antes do casamento, embora devamos assegurar durante todo o período de estudo que a pessoa se tornará um judeu razoavelmente comprometido; e (2) Estamos claramente desconsiderando quaisquer normas que exijam que um judeu num casamento misto seja considerado como um pessoa fora da comunidade.

judeus⁴. Afinal, eles são mais do que membros passivos de um casamento halakhicamente impróprio - eles tomaram uma decisão ativa de entrar nesse relacionamento, um relacionamento que consideramos de perigo supremo para a comunidade judaica. Nesse contexto, é desejável e obrigatório que eles entendam que não é injusto ou antiético que o seu casamento afete o seu status na comunidade judaica. Isso também pode servir de ímpeto para que pressionem ainda mais seus cônjuges a se converterem. No entanto, ainda que neguemos a eles cargos de representatividade, os membros judeus dessas famílias devem ser encorajados o máximo possível a participar das atividades da sinagoga.

Maior complexidade surge quanto ao status dos membros não judeus dessas famílias. Existe uma tensão a esse respeito entre o fato objetivo de que essas pessoas não são judias e a realidade sociológica de que são menos propensas a se converter, ou mesmo a se interessar pela vida judaica, se se sentirem rejeitadas pela comunidade judaica e pelos sinagoga.

Portanto, o cônjuge e / ou filhos não-judeus podem ter permissão para comparecer aos serviços da sinagoga. Isso permitirá uma familiaridade com a vida comunitária que, possivelmente, levará a sentimentos de respeito e admiração pela tradição judaica. (No entanto, os homens não judeus não devem usar talit, visto que é uma vestimenta tradicionalmente judaica)⁵.

Permitir que crianças não judias se matriculem na escola da comunidade até a idade de Bar ou Bat Mitzvah (após este ponto, é claro que não permitiremos), apresenta grandes dificuldades. Esta é, sem dúvida, uma caixa de Pandora em potencial, pois permite que as crianças socializem com colegas com quem, em última análise, não permitiríamos que se casassem, e pode contribuir para o enfraquecimento da clara distinção que buscamos estabelecer entre judeus e não judeus em assuntos rituais e religiosos. Por outro lado, não permitir que essas crianças frequentem a escola comunitária de educação judaica pode muito bem levar a uma relutância de sua parte ou da parte de seus pais em concordar com a conversão. No entanto, em nossa opinião, os

⁴ Cf. Max J. Routtenberg, "The Jew Who Has Intermarried," *Proceedings of the Rabbinical Assembly XXVIII* (1964), pp. 247-248.

⁵ Claramente, visto que um não-judeu não pode recitar um berakhah com as palavras asher kiddeshanu bemitzvotav, ele não pode recitar a bênção sobre o talit. Na verdade, também devemos proibir os não judeus de usar o talit mesmo sem a bênção, para deixar claro que eles não são judeus, embora, estritamente falando, eles poderiam usá-lo sob a categoria de eino metzuvveh ve'oseh. No entanto, certamente não vemos nenhuma objeção em permitir que um homem que está em processo de conversão como um ger tzedek, e que está adotando padrões de comportamento judaico tradicionais como parte do processo de instrução, use um talit, contanto que ele não recite a bênção sobre ele antes de sua conversão real.

riscos envolvidos no enfraquecimento dessas distinções essenciais superam as possíveis vantagens de permitir que crianças não convertidas se matriculem na escola comunitária.

Filhos de mães não judias se enquadram em uma das quatro categorias possíveis:

- A) Filhos que se converteram, embora a mãe permaneça não convertida. Não deve haver discriminação alguma contra essas crianças.
- B) Filhos que não foram convertidos e cujos pais não fizeram nenhuma declaração sobre qualquer intenção de sua parte de convertê-los. Essas crianças não devem ser autorizadas a matricular-se na escola comunitária ou a se tornarem membros de qualquer grupo de jovens da sinagoga, ou a participar das atividades desses grupos, mesmo sem serem membros.
- C) Filhos que não são convertidos, mas cujos pais verbalizaram o compromisso de pensar em convertê-los. Se os pais converterem essas crianças, "A" se aplica. Se eles decidirem não converter a criança, "B" se aplica. Se eles se comprometerem a convertê-lo, mas ainda não o fizeram, "D" (abaixo) se aplica. A única questão gira em torno do status dos filhos enquanto os pais estão pensando. A esta categoria também se aplica "D".
- D) Filhos cujos pais estão empenhados em converter o filho, mas ainda não o fizeram. Consideramos este grupo um tanto problemático. Visto que a conversão de uma criança é simples de realizar na maioria dos casos, dúvidas são lançadas quanto ao tipo de compromisso que realmente existe quando ela não é realizada exceto pelo curto espaço de tempo (medido em dias, ou no máximo , semanas) entre a decisão e executá-la.

Por um lado, um compromisso não cumprido provavelmente não é pior do que somente pensar nele, mas, por outro lado, um compromisso não cumprido significa um não compromisso. Portanto, essas crianças que ainda não foram convertidas não devem ser matriculadas na escola comunitária, embora os pais devam ser encorajados a contratar um tutor que seguiria o mesmo currículo em sessões particulares para que a criança pudesse se encaixar sem dificuldade após a conversão. Na verdade, se houver

crianças suficientes com essa condição na congregação, o rabino poderia até mesmo ajudar a organizar uma sessão de tutoria em grupo na casa de uma das famílias. Obviamente, essas crianças e seus pais seriam bem-vindos na sinagoga em todos os momentos para os serviços religiosos.

As restrições aparentemente severas neste caso são essenciais. Assim que as crianças forem admitidas na escola comunitária, elas se tornarão indistinguíveis das crianças judias, e isolá-las no Bar / Bat Mitzvah seria difícil para o rabino e ainda mais difícil para elas. A escola comunitária é um lugar de educação cultural e religiosa para judeus. Colocamos os seus professores em uma posição bastante difícil ao exigir deles que ensinem judaísmo a crianças cujas famílias não reforçam esse tipo de educação. Parece ainda mais injusto (e insensato) impor-lhes a obrigação de serem sempre sensíveis ao fato de que suas classes podem nem mesmo ser inteiramente compostas por judeus.

Em áreas ritualísticas, também, uma linha deve ser traçada. O pai ou a mãe não-judeu, apesar de poder frequentar, não deve participar de outras funções da sinagoga. A afiliação à sinagoga não deve ser prolongada e deve ser feita exclusivamente em nome do cônjuge judeu. Um pai ou mãe não judeu não deve participar dos rituais do ciclo de vida. Um pai não judeu não deve segurar seu filho ou desempenhar qualquer outra função durante o brit milá ou pidyon haben⁶. 'Da mesma forma, um pai não judeu certamente não deve receber uma aliá para dar o nome de sua filha, ficar sob o huppah durante um casamento ou mesmo recitar Birkat Hazeman em um Bar / Bat Mitzvah (O sheheheyanu é a fórmula judaica para marcar o significado de uma determinada

⁶ No caso em que o pai natural não participa do pidyon haben, há ampla evidência de que a criança não deve ter um pidyon haben, até que atinja a maioridade e se redima. A mitsvá de redenção recai sobre o pai, em geral, mas, quando o pai não é judeu, obviamente não pode recair sobre ele. Além disso, o pai não judeu não pode nomear um agente para agir em seu nome para o resgate, uma vez que um agente não pode realizar um ato que o nomeado não pode realizar. Isserles (Yoreh De'ah 305: 10) proíbe resgates por um agente ou pelo tribunal, mesmo quando o pai é judeu. O Taz (ibid., Par. 11) discorda de Isserles e permite que o avô resgate (desde avi aviv harei hu ke'aviv) e permite a nomeação de um agente para um pai judeu vivo. Se, entretanto, o pai está morto, nenhuma redenção deve ocorrer até que o filho atinja a maioridade. Um pai não judeu se encaixa na última categoria, legalmente falando. Além disso, o Shkh (ibid., Par. 22) também exige que o resgate de um primogênito pai de um não-judeu seja adiado até que a criança atinja a maioridade.

A única vez que parece defensável permitir que a mãe judia redima seu filho é quando ela aceita sobre si mesma a obrigação de cumprir todas as mitzvot das quais as mulheres estão legalmente isentas (ver J. Roth, "The Ordination of Women" em *The Ordination of Women*, editado por Simon Greenberg [Ktav: Hoboken, NJ] 1988), e vê seu não cumprimento dessas mitzvot como um pecado. Obviamente, a mulher neste caso que violou deliberadamente uma proibição fundamental contra casamentos mistos dificilmente se encaixaria nessa categoria.

cerimônia ou período de tempo⁷. Uma pessoa que o recita se identifica com a sequência contínua da tradição ritualística judaica, e esta é uma identificação que não deveríamos estar dispostos a estender até a conversão ocorrer)⁸.

Não fazemos nenhum bem para nós mesmos ou para os membros não judeus das famílias, estabelecendo distinções "finas" como permitir que o pai não judeu apresente seu filho ao mohel para milá ou ao cohen para a realização do pidyon haben. Atos como esses conferem uma aura de autenticidade aos casamentos - e mesmo se sentirmos que fizemos uma distinção entre "autenticidade" e "reconhecimento", essa distinção se perde para outras pessoas. A maioria dos que testemunham um brit não tem ideia de quem deve dizer a bênção. A maioria dos que testemunham um pidyon haben não sabe que este não foi "padrão".

A menos que o rabino esteja disposto a dizer: "Na maioria das cerimônias de brit, o pai recita uma bênção. Neste caso, estamos pedindo ao avô judeu para fazer, porque o pai não é judeu", é melhor deixar o pai não judeu completamente de fora da cerimônia. Como sugerido acima, as crianças não judias não devem ter Bar / Bat Mitzvah ou qualquer cerimônia parecida até que sejam convertidas. Para evitar a proliferação dos casamentos que estamos discutindo, crianças não convertidas não devem ter permissão para participar do USY ou de outras atividades para jovens adultos na sinagoga.

A permissão para ser enterrado em um cemitério judeu não deve ser concedida; as complicações potenciais devem ser evitadas a todo custo (cf. seção sobre este assunto no artigo do Rabino Kassel Abelson, anteriormente neste volume).

Essas restrições, sem dúvida, parecerão severas. E assim devem ser. Por mais que o princípio do keruv deva ser enfatizado, ele nunca deve substituir a distinção tradicional que a halakhah faz entre judeus e não judeus, nem deve ser permitido borrar a distinção (que já existe nas famílias de casamentos mistos) ainda menos perceptível. A tradição judaica olha com desconfiança para os casamentos mistos, e as nossas práticas em relação a essas famílias devem refletir isso. Nós ridicularizamos a halakhah séria ao buscar leniências na lei para aqueles que não se importam com ela. Casamentos mistos raramente, ou nunca, ocorrem por as pessoas não saberem da sua proibição. Os casais devem saber que receberemos bem o cônjuge não judeu na nossa comunidade, no

⁷ Isso não deve ser interpretado como defesa da recitação de shehechyanu por qualquer pessoa em um Bar / Bat Mitzvah. As normas apropriadas que regem a recitação do berakhah são um assunto separado, requerendo tratamento independente.

⁸ Agora é costume recitar birkat hazeman no momento da conversão. Claramente, o berakhah detém um significado muito maior quando reservado para essa ocasião particular. Teshuvot Radbaz, Parte I, no. 434, citado em Yoreh De'ah 268: 2, Pithei Teshuvah 1.

entanto, nas nossas condições - não diminuindo nosso compromisso com a halakhah. Ao discutir o princípio do keruv, faríamos bem em lembrar outro ditado rabínico, *Ie'olam tehi semol doha viyemin mekarevet* (A mão esquerda, a mais fraca, afasta, enquanto a mão direita, a mais forte, aproxima- *Sotah 47a, Sanhedrin 107b*). Esse ditado é frequentemente citado na discussão sobre casamentos mistos. É claro que pessoas razoáveis podem discordar quanto ao que constitui *yemin mekarevet* ou *semol doha*, mas em nossa opinião, o convite aberto que estendemos a membros não judeus desses casamentos constitui uma forte '*yemin mekarevet*', e o restante de nossos esforços deve ser voltado para garantir que até a conversão, tenhamos um "*semol doñah*".

A conhecida descrição de Aarão por Hilel, o chama de *ohev et haberiyyot umekarevan laTorah* (amante dos seres humanos e fazendo-os mais próximos da Torá- *Avot 1:12*). As restrições que delineamos não decorrem da falta de *ahavat haberiot* (amor pelos seres humanos). Em vez disso, elas se originam do desejo de ilustrar que a religião para a qual buscamos atraí-los é aquela baseada em padrões, com princípios sociais e religiosos. Procuramos explicar por meio das nossas ações que a nossa tradição representa não um conjunto arbitrário de distinções sociais e religiosas, mas um grupo significativo de preceitos sociais e religiosos que sempre nos esforçaremos para manter por amor a Deus e a Sua Torá.